

A. I. Nº - 938290940  
AUTUADO - GIVALDO JOSÉ DOS SANTOS  
AUTUANTE - JOSÉ ANTONIO DA SILVA  
ORIGEM - IFMT METRO  
INTERNET - 04. 03. 2010

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0023-01/10

**EMENTA:** ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. TRANSPORTE DE MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. É legal a exigência do imposto do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-lhe a condição de responsável solidário, por ter realizado transporte de mercadoria de terceiro, desacompanhada de documentação fiscal. Ajuste no lançamento reduz valor do débito. Infração parcialmente elidida. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 03/10/2008 para exigir ICMS no valor de R\$827,00, acrescido da multa de 100%, em decorrência da apreensão de mercadorias desacompanhadas de documentos fiscais, conforme termo de Apreensão de Mercadorias e Ocorrências nº 148473 (fl. 2) que registra a apreensão de diversas mercadorias descritas nos pedidos de nºs 7760, 7755, 7757, 7754, 7753, 7756, 7996, 7997, 7999, 7994, 7993 e 7967, transportadas pelo veículo de placa HZP 4449, conduzido pelo Sr. Givaldo José dos Santos, desacompanhadas de nota fiscal.

À fl. 30, o autuado impugna o lançamento discordando do valor exigido, pois que no momento da autuação o autuante não considerou as notas fiscais nºs 592, 593, 594 e 595, correspondente aos pedidos nºs 7993, 7967, 7754 e 7999, respectivamente, com o que solicita que seja cobrado apenas pelo valor realmente devido, fazendo um demonstrativo que aponta o valor de base de cálculo em R\$1.247,00, correspondente a pedidos sem nota fiscal.

O autuante presta Informação Fiscal às fls. 51 e 52, dizendo que as alegações trazidas pela Defesa são consistentes, o que enseja a revisão do lançamento em respeito aos princípios da razoabilidade e legalidade, oportunidade em que ajusta o lançamento da seguinte forma: Valor das mercadorias: R\$1.247,00 + MVA de 20% (R\$249,40) = Base de Cálculo: R\$1.496,40, que resulta em um ICMS devido de R\$254,39 que acrescido da multa de 100% gera o novo valor devido de R\$508,78.

Intimado para conhecimento da Informação Fiscal, o autuado não se manifestou.

### VOTO

O Auto de Infração exige ICMS em decorrência da apreensão de mercadorias desacompanhadas de documentos fiscais, conforme termo de Apreensão de Mercadorias e Ocorrências nº 148473 (fl. 2) que registra a apreensão de diversas mercadorias descritas nos pedidos de nºs 7760, 7755, 7757, 7754, 7753, 7756, 7996, 7997, 7999, 7994, 7993 e 7967, transportadas pelo veículo de placa HZP 4449, conduzido pelo Sr. Givaldo José dos Santos, desacompanhadas de nota fiscal.

Inicialmente, observo que o Auto de Infração está revestido das formalidades legais e que a metodologia utilizada para o cálculo do imposto devido está prevista na legislação em vigor, por isso.

O autuado, na peça de defesa alegou que por ocasião da ação fiscal o autuante não considerou as notas fiscais nºs 592, 593, 594 e 595, que correspondem, respectivamente 7999, alegação que expressamente o autuante acatou na íntegra, ajustai devido de R\$254,39.

Portanto, tendo contestado apenas parte da acusação fiscal, o próprio autuado admite que parte da mercadoria que transportava estava desacompanhada de documentação fiscal, o que, de certa forma, já norteia o acerto da ação fiscal pela sua atribuição de responsável tributário como transportador da mercadoria, tendo em vista que as notas fiscais que cita não o possuem como emitente ou destinatário.

O instituto da responsabilidade liga-se à idéia de ter alguém que responder pelo descumprimento de um dever jurídico. Denomina-se responsável o sujeito passivo da obrigação tributária que, sem revestir a condição de contribuinte, tem seu vínculo com a obrigação decorrente de dispositivo expreso na lei.

Consoante disposto no inciso II do artigo 124, do CTN – Código Tributário Nacional são solidariamente obrigados ao pagamento do tributo, as pessoas expressamente designadas por lei. Nesse diapasão, a Lei nº 7.014/96, na alínea “d” do inciso III de seu artigo 6º, preleciona a responsabilidade tributária dos transportadores em relação às mercadorias que conduzirem sem documentação fiscal comprobatória de sua procedência ou destino, ou acompanhadas de documentação fiscal inidônea.

Dessa forma, verifica-se que a legislação atribui a responsabilidade solidária ao transportador por ter recebido e transportado para entrega, mercadorias acompanhadas de documentação fiscal exigível, haja vista que no momento da entrega do volume pelo remetente, o autuado deve exigir a respectiva nota fiscal das mercadorias transportadas, e no caso de declaração falsa, podem ser adotadas, pelo autuado, as providências legais cabíveis, inclusive quanto ao ressarcimento do imposto exigido no presente lançamento.

Constatada a regular determinação do autuado no pólo passivo da obrigação tributária em discussão, resta-me analisar seu aspecto quantitativo.

Neste aspecto, compulsando os autos, de fato vejo que nos documentos citados pelo impugnante constam descritas as mesmas mercadorias, que correspondem em quantidade e valor, na seguinte ordem: para o pedido 7993 (fl.18) corresponde à nota fiscal 592 (fl. 21), para o pedido 7967 (fl. 19) corresponde à nota fiscal 593 (fl. 24), para o pedido 7754 (fl. 11) corresponde à nota fiscal 594 (fl. 23) e para o pedido 7999 (fl. 18) corresponde à nota fiscal 595 (fl. 22), razão pela qual acolho o ajuste que o autuante efetuou no lançamento por ocasião da Informação Fiscal tendo em vista que o seu valor foi apurado mediante procedimento devidamente regulamentado nele não verificando irregularidade.

Desse modo, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **938290940**, lavrado contra **GIVALDO JOSÉ DOS SANTOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$254,39**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de fevereiro de 2010.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

JORGE INÁCIO DE AQUINO - RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR